



EDITAL DE PREGÃO PRESENCIAL N.º 030/2018

O SERVIÇO AUTÔNOMO MUNICIPAL DE ÁGUA E ESGOTO – SAMAE, Autarquia do Município de Caxias do Sul – RS, com sede na Rua Pinheiro Machado, n.º 1615, torna pública a realização de licitação, na modalidade Pregão Presencial, do tipo **MENOR PREÇO TOTAL DO LOTE**, em conformidade com o que dispõem a Lei n.º 10.520, de 17 de julho de 2002 e alterações, com aplicação subsidiária da Lei Federal n.º 8.666, de 21 de junho de 1993 e alterações; Lei Complementar n.º 101, de 04 de maio de 2000 e alterações; Lei Complementar n.º 123, de 14 de dezembro de 2006 e alterações; Lei Municipal n.º 5.285, de 29 de novembro de 1999 e alterações; Decreto Municipal n.º 18.364, de 29 de agosto de 2016; Decreto Municipal n.º 19.078, de 23 de agosto de 2017, e outras legislações pertinentes à matéria, as regras e condições estabelecidas neste Edital e anexos que o integram.

O Edital poderá ser obtido no site www.samaecaxias.com.br ou na Gerência de Licitações, Rua Pinheiro Machado, n.º 1615, Centro, 2º andar, Caxias do Sul – RS, no horário de expediente.

As despesas respectivas correrão por conta da dotação orçamentária consignada no presente exercício financeiro, sob o código 03.05 – DAG – 17.512.0.013.2.348 – 3.3.90.39.48.00.00.00, e, do próximo, a consignar.

Data da sessão: **10 de abril de 2018**

Horário: **14 horas**

Local: Rua Pinheiro Machado, n.º 1615, térreo, Centro, em Caxias do Sul – RS.

1. DO OBJETO

Contratação de consultoria com capacitação dos servidores da Seção de Controle de Qualidade, visando a continuidade da estruturação do Sistema de Gestão da Qualidade no Laboratório da Gerência de Tratamento de Água, da Divisão de Água do SAMAE, no Município de Caxias do Sul, conforme norma da ABNT NBR ISO/IEC 17.025:20017, objetivando ao atendimento do artigo 21, do Anexo XX, da Portaria GM/MS n.º 05/2017, de acordo com o Termo de Referência – Anexo VIII.

2. DA PARTICIPAÇÃO

2.1. Poderão participar deste Pregão interessados cujo ramo de atividade seja compatível com o objeto desta licitação.

2.1.1. A comprovação do ramo de atividade será feita através do Ato Constitutivo ou Estatuto ou Contrato Social ou Registro Comercial (Requerimento de Empresário), Certificado de Registro Cadastral (CRC) ou CNPJ.

2.2. Será concedido tratamento diferenciado para as Microempresas, Empresas de Pequeno Porte e Microempreendedores Individuais, nos limites previstos na Lei Complementar n.º 123/2006 e alterações.

3. DA REPRESENTAÇÃO E DO CREDENCIAMENTO

3.1. Para exercer o direito de ofertar lances e manifestar intenção de recorrer, é obrigatória a presença do representante credenciado da proponente em todas as sessões públicas referentes ao Pregão. A proponente deverá se apresentar para credenciamento junto ao Pregoeiro e equipe, diretamente, por meio de seu representante legal ou através de procurador regularmente constituído, que, após identificado e credenciado, será o único representante admitido a intervir no procedimento licitatório, nos interesses da representada.

3.1.1. Os documentos de credenciamento apresentados, em original ou cópia autenticada, não serão devolvidos e deverão ser apresentados no início da sessão pública de Pregão, fora dos envelopes de preços e da documentação de habilitação.

3.1.2. Cada credenciado poderá representar apenas uma empresa e deverá estar munido de documento de identidade e CPF.

I. Os documentos de identidade, que não expressarem data de validade, devem ter sua data de emissão inferior a 10 anos, do ano em curso.

3.2. O credenciamento do Representante Legal da proponente será efetuado da seguinte forma:

3.2.1. Se representada diretamente por meio de dirigente, proprietário, sócio ou assemelhado, deverá apresentar, em cópia autenticada:

- I. estatuto ou contrato social em vigor, devidamente registrado;
- II. documento de eleição de seus administradores, em se tratando de sociedade comercial ou de sociedade por ações;
- III. inscrição do ato constitutivo, acompanhado de prova de diretoria em exercício, no caso de sociedade civil;
- IV. documento que conste expressamente os poderes para exercer direitos e assumir obrigações em decorrência de tal investidura, bem como para praticar todos os demais atos inerentes ao certame, em se tratando de empresa ou sociedade estrangeira em funcionamento no País;
- V. registro comercial (requerimento de empresário).

3.2.2. Se representada por procurador, deverá apresentar:

- I. **termo de credenciamento** (conforme Anexo I) outorgado pelos representantes legais da empresa, comprovando a existência de poderes para formular propostas e praticar os demais atos inerentes ao certame; a comprovação far-se-á por meio da apresentação de cópia autenticada do Ato Constitutivo ou Estatuto ou Contrato Social ou Registro Comercial (se empresa individual), **ou**
- II. **instrumento público de procuração** (original ou cópia autenticada), que conceda ao representante poderes legais, em cópia autenticada ou original, **ou**
- III. **instrumento particular de procuração** (original ou cópia autenticada), com firma do outorgante reconhecida em cartório, nos termos do art. 654, § 1º, do Código Civil, em especial o nome da empresa outorgante e dos representantes com poderes de outorga, qualificação completa do outorgado e a indicação de amplos poderes para dar lances em licitação pública.

3.2.2.1. Em todos os casos (I, II e III), o instrumento de mandato deverá estar acompanhado do ato de investidura do outorgante como representante legal da empresa.

3.2.2.2. Deverá ser observado o disposto no subitem 17.1.5, para comprovação da(s) assinatura(s) do(s) representante(s) legal(is) da proponente.

3.2.2.3. Tanto na credencial, como no Instrumento de Procuração (Público ou Particular), deverão constar, expressamente, os poderes para formular lances, negociar preços e praticar todos os atos inerentes ao presente certame, inclusive interpor recursos e desistir de recursos em todas as fases do certame.

3.2.3. **Declaração de Habilitação e Idoneidade**, conforme Anexo II, deste Edital, sob pena de não aceitação da proposta pelo Pregoeiro. Deverá ser observado, para comprovação do responsável legal da proponente, o disposto nos subitens 3.2 e 17.1.5, deste Edital.

3.2.4. Comprovação, em atendimento ao subitem 2.2, devendo apresentar, **fora do envelope**, no momento do credenciamento, **somente** para a proponente que pretende utilizar os benefícios previstos nos artigos 42 a 45, da Lei Complementar n.º 123, de 14 de dezembro de 2006 e suas alterações:

- I. **certidão expedida pela Junta Comercial ou Certidão do Cartório de Títulos ou Documentos de Registros de Pessoas Jurídicas**, em se tratando de Microempresa – ME ou Empresa de Pequeno Porte – EPP, ou o **Certificado da Condição de Microempreendedor Individual (CCMEI)**, em se tratando de Microempreendedor

Individual – MEI, em cópia autenticada ou emitida via internet, em atendimento à Lei Complementar n.º 123/2006; E

II. **declaração** de enquadramento, como:

- a) **Microempresa ou Empresa de Pequeno Porte**, conforme Anexo III, assinada pelo responsável legal da proponente e por contador ou técnico em contabilidade da empresa. A declaração deverá conter o número de inscrição do profissional no Conselho Regional de Contabilidade – CRC e sua firma reconhecida em cartório, **ou**
- b) **Microempreendedor Individual**, conforme Anexo IV, assinada pelo responsável legal da proponente.

3.2.4.1. Ambos os documentos (certidão e declaração) deverão apresentar a mesma condição de enquadramento.

3.2.4.2. Deverá ser observado o disposto no subitem 17.1.5, para comprovação da(s) assinatura(s) do(s) representante(s) legal(is) da proponente.

3.3. O Pregoeiro, em atendimento à Instrução Normativa n.º 1634/2016, da Secretaria da Receita Federal, efetuará consulta no endereço eletrônico www.receita.fazenda.gov.br, para fins de emissão de Comprovante de Inscrição e de Situação Cadastral (CNPJ) da proponente e do QSA (Quadro de Sócios e Administradores).

3.4. O Pregoeiro, em atendimento à Instrução Normativa n.º 006/2017, do Serviço Autônomo Municipal de Água e Esgoto – SAMA E, efetuará consulta de licitantes penalizadas, no Portal da Transparência (CEIS e CNEP) e no site da Prefeitura do Município de Caxias do Sul, observando-se a abrangência do impedimento da participação.

3.4.1. Também será feita consulta aos licitantes penalizados junto à CELIC – Central de Licitações do Estado do Rio Grande do Sul, observando-se a abrangência do impedimento da participação.

3.4.2. Constatado o impedimento em licitar, e sua respectiva abrangência, o credenciamento não será aceito.

3.5. Todos os documentos mencionados deverão ser apresentados juntamente com o credenciamento.

3.6. Serão aceitas certidões emitidas via internet e documentos com assinatura digital, desde que, em tais documentos, conste a verificação da autenticidade nos respectivos sites.

4. DA APRESENTAÇÃO DOS ENVELOPES

4.1. Para participação no certame, a proponente, além de atender às demais disposições deste instrumento, deverá apresentar sua Proposta de Preços e os Documentos de Habilitação em envelopes distintos, lacrados, não transparentes e identificados, conforme segue:

PREGÃO PRESENCIAL N.º 030/2018
SERVIÇO AUTÔNOMO MUNICIPAL DE ÁGUA E ESGOTO - SAMAE
ENVELOPE N.º 01 - PROPOSTA DE PREÇOS
ABERTURA: **10/04/2018 14h**
NOME DA PROPONENTE

PREGÃO PRESENCIAL N.º 030/2018
SERVIÇO AUTÔNOMO MUNICIPAL DE ÁGUA E ESGOTO - SAMAE
ENVELOPE N.º 02 - DOCUMENTOS DE HABILITAÇÃO
ABERTURA: **10/04/2018 14h**
NOME DA PROPONENTE

5. DO ENVIO DOS ENVELOPES VIA POSTAL OU POR TERCEIROS

5.1. Caso a proponente opte por enviar os envelopes Proposta de Preços e Documentos de Habilitação via postal ou por terceiros, esses deverão ser endereçados ao SAMAE, mencionando o número do Pregão, data e horário de abertura da sessão, sendo que a ausência de representante implica desistência da prática de futuros atos pertinentes ao processo, inclusive de recurso.

5.1.1. No caso de Microempresa – ME, Empresa de Pequeno Porte – EPP ou Microempreendedor Individual – MEI, a ausência de representante na sessão implicará perda do direito de preferência, conforme o estabelecido na Lei Complementar n.º 123/2006 e alterações.

5.1.2. Para a situação mencionada no subitem 2.2, deverá ser comprovada a condição de Microempresa – ME, Empresa de Pequeno Porte – EPP ou Microempreendedor Individual – MEI, conforme disposto no subitem 3.2.4.

5.1.3. A **Declaração de Habilitação e de Idoneidade**, exigida no subitem 3.2.3, e **os documentos que comprovam a condição de Microempresa – ME, Empresa de Pequeno Porte – EPP ou Microempreendedor Individual – MEI**, conforme subitem 3.2.4, deste Edital, deverão ser remetidos em envelope separado, identificado como os demais envelopes, acompanhados de cópia autenticada do Ato Constitutivo ou Estatuto ou Contrato Social ou Registro Comercial

(Requerimento de Empresário), conforme subitem 3.2.1, deste Edital observando-se, ainda, o disposto no subitem 17.1.5.

5.2. A não apresentação da documentação implicará na recusa do credenciamento.

6. DO RECEBIMENTO E DA ABERTURA DOS ENVELOPES

6.1. Feito o credenciamento, conforme item 3, deste Edital, na presença das proponentes e demais presentes à Sessão Pública do Pregão, o Pregoeiro receberá os envelopes n.º 01 – PROPOSTA DE PREÇOS e n.º 02 – DOCUMENTOS DE HABILITAÇÃO, iniciando pela abertura do Envelope n.º 01 e análise das propostas.

6.2. Após a abertura do primeiro envelope, não será aceita a participação de nenhuma outra proponente, nem permitidos acréscimos, complementos, adendos ou qualquer alteração ao conteúdo dos envelopes, exceto dos preços, na fase de lances verbais.

7. DA PROPOSTA – ENVELOPE N.º 01

A Proposta de Preços deverá ser apresentada em envelope lacrado, em 1 (uma) via, original ou cópia autenticada por Tabelião ou, previamente, por servidor da Gerência de Licitações, conforme subitem 17.4, deste Edital e deverá conter:

7.1. A proposta, em envelope lacrado, devidamente identificado, sem rasuras, ressalvas ou entrelinhas, conforme Anexo V – Proposta de Preços, datada e assinada pelo responsável legal pela proponente observando-se, ainda, o disposto no subitem 17.1.5.

7.1.1. Poderá ser usado formulário próprio para preenchimento de proposta, desde que nele constem todas as informações que compõem o Anexo V – Proposta de Preços, sob pena de desclassificação.

7.2. O valor global do lote, ou seja, a soma da multiplicação da quantidade do item pelo seu respectivo preço unitário, conforme a unidade mencionada no Anexo V – Proposta de Preços, expresso em reais, com 2 (duas) casas decimais.

7.2.1. Se existir discrepância entre o valor numérico e o valor por extenso, prevalecerá o valor expresso por extenso.

7.2.2. O preço proposto será considerado completo e suficiente para o fornecimento do objeto desta licitação, sendo desconsiderada qualquer reivindicação de pagamento adicional devido a erro ou à má interpretação por parte da proponente vencedora.

7.3. Os preços deverão ser cotados em moeda corrente nacional, não sendo permitido seu reajuste, exceto em decorrência de mudanças que venham a ocorrer na legislação, neles estando incluídos todos os custos com materiais, produtos, pessoal, encargos sociais,

tributários, trabalhistas e previdenciários; custos com deslocamento, hospedagem e alimentação do(s) técnico(s) responsável(eis); necessários à execução dos serviços.

7.4. A ausência de documentos ou de informações aqui solicitadas, bem como a falta de preenchimento dos dados que compõem os Anexos deste Edital, ensejam desclassificação da proposta.

8. CONDIÇÕES GERAIS

8.1. O local de execução dos serviços será nas dependências da Seção de Controle de Qualidade, situada na Rua Nestor Moreira, n.º 719, Bairro Nossa Senhora de Lourdes, em Caxias do Sul – RS.

8.2. Os serviços serão contratados por um período de 12 (doze) meses, abrangendo um montante de 420 horas (in loco), estimando-se o número máximo de 35 (trinta e cinco) visitas anuais.

8.3. Os serviços a serem executados deverão obedecer ao Termo de Referência – Anexo VIII, e, em caso de comprovadas desconformidades, fica a proponente vencedora responsável pela sua readequação.

8.3.1. O SAMA E reserva-se o direito de recusar os serviços, peças e materiais que não estiverem de acordo com o especificado, sendo que as despesas decorrentes correrão às expensas da proponente vencedora, sendo reiniciada a contagem do prazo para pagamento quando da execução definitiva.

8.4. O pagamento da Nota Fiscal, conferida e liberada pelo fiscal do contrato, responsável pelo acompanhamento da sua execução, será efetuado no 10º (décimo) dia útil, contados da sua apresentação, de acordo com os quantitativos efetivamente realizados no período, acompanhada de relatório descritivo das atividades realizadas. Se, no décimo dia útil, não houver expediente na Autarquia, o pagamento será efetuado no primeiro dia útil seguinte.

8.4.1. A nota fiscal, contendo, no mínimo, o número do contrato e o mês de referência do serviço, deverá ser entregue na Divisão Financeira do SAMA E, até o último dia útil do mês da prestação dos serviços.

8.4.2. Para fins de pagamento, deverão ser informados os dados bancários, contendo o nome e o número do banco, da agência e da conta corrente em nome da proponente.

8.4.3. Sob pena de suspensão, o pagamento está condicionado à apresentação de cópia dos documentos abaixo relacionados, juntamente com a Nota Fiscal:

- I. Certidão de Débitos Relativos a Créditos Tributários Federais e à Dívida Ativa da União, expedida pela Receita Federal;

- II. Certidão de Situação Fiscal, expedida pela Receita Estadual do domicílio da empresa.
- III. Certidão de Regularidade perante a Fazenda Municipal do domicílio da empresa;
- IV. Certificado de regularidade do FGTS – CRF, emitido pela Caixa Econômica Federal, e
- V. Certidão Negativa de Débitos Trabalhistas – CNDT, emitida pelo Tribunal Superior do Trabalho.

8.4.6. Os documentos exigidos nos incisos I, II e III, do subitem anterior, que não expressarem o prazo de validade, deverão ter a data de expedição não superior a 180 (cento e oitenta) dias.

8.4.7. Cada parcela do contrato somente será quitada, para todos os casos, conforme alínea “a”, inciso I, do art. 73, da Lei Federal nº 8.666/93 e alterações, mediante a emissão do Termo de Recebimento Provisório.

8.4.8. A última parcela do contrato somente será quitada, para todos os casos, conforme alínea “b”, inciso I, do art. 73, da Lei Federal nº 8.666/93 e alterações, mediante a emissão do Termo de Recebimento Definitivo.

8.5. O prazo de validade da proposta será de 60 (sessenta) dias, a contar da data de abertura dos envelopes.

8.6. São vedados o subempreitamento ou a transferência, parcial ou total, dos serviços que compõem o objeto desta licitação.

8.7. A garantia dos serviços será conforme o estabelecido no Código de Defesa do Consumidor.

8.8. Não serão levadas em consideração quaisquer vantagens não previstas neste Edital.

8.9. Os objetivos específicos da contratação de consultoria, encontram-se elencados no item 2, do Termo de Referência – Anexo VIII, quais sejam:

- I. Diagnóstico da condição atual: elaboração do diagnóstico do Sistema de Gestão da Qualidade com base na NBR ISO/IEC 17.025:2017 através de: auditoria às instalações; entrevistas com os gestores e equipe envolvida no processo; levantamento dos pontos críticos, englobando requisitos legais, regulamentares e infraestrutura existente.
- II. Elaboração de plano de ação para estruturação e implementação do Sistema de Gestão da Qualidade (SGQ) contendo todas as atividades que devem ser realizadas, de acordo com cada requisito da Norma NBR ISO/IEC 17025:2017, bem como os responsáveis, os prazos de execução e a metodologia para consecução dos objetivos.
- III. Orientações sobre confecção e controle de documentos e registros.
- IV. Assistência no processo de validação de métodos e na estimativa de incertezas de medição.
- V. Esclarecimentos sobre controle de dados, rastreabilidade de medição, garantia da qualidade de resultados dos ensaios e relatório de ensaios;

- VI. Instruções para a elaboração dos documentos referentes a contrato de ensaios e calibrações, aquisição de serviços, equipamentos e suprimentos, atendimento ao cliente, controle de não-conformidades e ações preventivas.
- VII. Auxílio no planejamento e execução de treinamentos internos, incluindo avaliação da eficácia dos mesmos.
- VIII. Orientações no planejamento e execução de auditorias internas do SGQ.
- IX. Avaliação, através de auditoria, do Sistema de Gestão da Qualidade, simulando a avaliação de credenciamento do Laboratório e implantando as ações corretivas para eventuais não conformidades levantadas.

8.9.1. O Sistema de Gestão da Qualidade envolverá a etapa de amostragem da matriz água tratada e análise dos seguintes parâmetros: turbidez (método nefelométrico), pH (método potenciométrico), fluoretos (método colorimétrico e eletrodo de íon seletivo), alumínio residual (método espectrofotométrico), cloro livre e cloro total (método colorimétrico), relativos à água tratada.

9. DO JULGAMENTO DAS PROPOSTAS

9.1. Após a abertura dos envelopes contendo as propostas, verificada a conformidade com os requisitos estabelecidos neste Edital, a proponente da oferta de menor valor total do lote e as das ofertas com preços até 10% (dez por cento) superior àquela, participarão da fase de lances, verbais e sucessivos, até a proclamação do vencedor.

9.2. Não havendo, no mínimo, 03 (três) ofertas nas condições definidas no subitem 9.1, serão chamadas as proponentes das melhores propostas, até o máximo de 03 (três), para oferecer lances verbais e sucessivos, quaisquer que sejam os preços constantes das propostas escritas.

9.3. No curso da sessão, as autoras das propostas que atenderem aos requisitos dos itens anteriores serão convidadas para apresentar lances verbais e sucessivos, em valores distintos e decrescentes, a partir do autor da proposta classificada de maior preço, até a proclamação do vencedor.

9.4. No caso de duas ou mais propostas escritas apresentarem preços iguais, será realizado sorteio para estabelecer a ordem de oferta de lances. Em não havendo lances verbais, o Pregoeiro analisará a viabilidade de aceitação das propostas e, entendendo serem os preços cotados aceitáveis, procederá ao sorteio para a definição da proposta vencedora.

9.5 A oferta dos lances será feita na ordem decrescente dos preços, no momento em que for conferida a palavra à proponente.

9.6. É vedada a oferta de lance objetivando o empate.

9.7. Não poderá haver desistência dos lances já ofertados, sujeitando-se, a proponente desistente, às penalidades constantes do artigo 7º, da Lei n.º 10.520/2002 e alterações e do item 13, deste Edital – Das Sanções Administrativas.

9.8. A desistência em apresentar lance verbal, quando convocada pelo Pregoeiro, implicará exclusão da proponente da etapa de lances verbais e na manutenção do último preço apresentado por ela, para efeito da classificação final das propostas.

9.9. Caso não ocorram lances verbais, será verificada a conformidade entre a proposta escrita de menor preço total do lote e o valor estimado para a aquisição, podendo, o Pregoeiro, negociar diretamente com a proponente, para que seja obtido preço melhor.

9.10. O encerramento da etapa competitiva dar-se-á quando, convocadas pelo Pregoeiro, as proponentes manifestarem seu desinteresse em apresentar novos lances.

9.11. Às proponentes proclamadas no lote, conforme subitem 9.1, será dada oportunidade para nova disputa, por meio de lances verbais, sucessivos, de valores distintos e decrescentes em relação à proposta de menor preço.

9.12. Caso as propostas apresentadas por Microempresas – ME, Empresas de Pequeno Porte – EPP ou Microempreendedores Individuais – MEI, sejam iguais ou até 5% (cinco por cento) superiores à proposta detentora do melhor lance ou valor negociado, será assegurada preferência de contratação, respeitando o seguinte:

- I. a Microempresa – ME, Empresa de Pequeno Porte – EPP ou Microempreendedor Individual – MEI mais bem classificada poderá apresentar proposta de preço inferior àquela detentora do melhor lance ou valor negociado, situação em que será adjudicado em seu favor o objeto deste Pregão;
- II. não ocorrendo a contratação da Microempresa – ME, Empresa de Pequeno Porte – EPP ou Microempreendedor Individual – MEI, na forma do subitem anterior, serão convocadas as proponentes remanescentes, que porventura, se enquadrem na hipótese desta condição, na ordem de classificação, para o exercício do mesmo direito;
- III. no caso de equivalência dos valores apresentados pelas Microempresas – ME, Empresas de Pequeno Porte – EPP ou Microempreendedores Individuais – MEI que se encontrem nos intervalos estabelecidos nesta condição, será realizado sorteio entre elas, para que se identifique aquela que primeiro poderá apresentar melhor oferta;
- IV. a Microempresa – ME, Empresa de Pequeno Porte – EPP ou Microempreendedor Individual – MEI melhor classificada será convocada para apresentar nova proposta no

prazo máximo de 5 (cinco) minutos após a solicitação do Pregoeiro, sob pena de preclusão;

- V. na hipótese da não contratação nos termos previstos nesta condição, o objeto será adjudicado em favor da proposta originalmente vencedora do certame;
- VI. o disposto nesta condição somente se aplicará quando a melhor oferta inicial não tiver sido apresentada por Microempresa – ME, Empresa de Pequeno Porte – EPP ou Microempreendedor Individual – MEI.

9.13. Encerrada a etapa competitiva e ordenadas as ofertas, de acordo com o menor preço apresentado, o Pregoeiro verificará a aceitabilidade da proposta de menor valor do lote, comparando-o com os valores consignados em Planilha de Orçamento Estimado e/ou valor de mercado, decidindo, motivadamente, a respeito.

9.13.1. No julgamento das propostas, considerar-se-á o atendimento das exigências estipuladas neste Edital e seus Anexos e o **menor valor total do lote**, desde que compatível com os praticados no mercado. Caso os preços estejam em desconformidade com os valores de mercado, a proponente deverá readequá-los, sob pena de desclassificação da proposta.

9.13.2. Sendo aceitável a proposta de menor preço do item, será aberto o envelope contendo a documentação de habilitação da proponente que a tiver formulado, para confirmação das suas condições habilitatórias.

9.14. As preferências de que trata o item 9.12, instituídas pela Lei Complementar n.º 123/2006 e alterações, não se aplicarão ao presente pregão se dele participarem apenas Microempresas – ME, Empresas de Pequeno Porte – EPP ou Microempreendedores Individuais – MEI, indistintamente. Também não se aplicarão os termos da Lei Complementar n.º 123/2006 e alterações, na fase de disputa de lances, se, a partir dela, participarem apenas ME's, EPP's e MEI's indistintamente.

9.15. Serão desclassificadas as propostas que não atenderem às exigências deste Edital e a legislação em vigor.

10. DA HABILITAÇÃO – ENVELOPE N.º 02

A documentação deverá ser apresentada em envelope lacrado, em 1 (uma) via, original ou cópia autenticada por Tabelião ou, previamente, por servidor da Gerência de Licitações, conforme subitem 17.4, deste Edital.

Todos os documentos apresentados deverão ser correspondentes à matriz **ou** à filial (razão social e CNPJ) da empresa que se habilita para este certame licitatório, exceto o disposto no subitem 10.1, “I”, deste Edital. Entretanto, serão aceitos, para efeito de habilitação,

documentos emitidos em nome da matriz e válidos para todas as filiais, desde que tal condição esteja expressa.

10.1. Os documentos a serem apresentados, obrigatoriamente, são:

- I. **certidão negativa de falência, concordata, recuperação judicial e extrajudicial** expedida pelo distribuidor da sede da pessoa jurídica, ou de execução patrimonial, expedida pelo distribuidor do domicílio da pessoa física, em vigor. As certidões que não expressarem o prazo de validade deverão ter data de expedição não superior a 30 (trinta) dias da data de abertura deste pregão.
 - a) Entende-se como sede da pessoa jurídica a matriz do estabelecimento.
- II. prova de regularidade relativa ao **Fundo de Garantia por Tempo de Serviço (FGTS)**, demonstrando situação regular no cumprimento dos encargos sociais instituídos em lei (artigo 29, inciso IV, da Lei Federal n.º 8.666/1993 e artigo 27, da Lei Federal n.º 8036/1990), em vigor na data de abertura da licitação;
- III. prova de regularidade com a Fazenda Federal, devendo ser apresentada a **Certidão Negativa de Débitos relativos a Tributos Federais, Dívida Ativa da União e Previdenciária**, administrados pela Receita Federal do Brasil e Procuradoria-Geral da Fazenda Nacional, em vigor na data da abertura da licitação;
- IV. **prova de regularidade com a Fazenda Estadual**, do domicílio ou sede da empresa, em vigor na data da abertura da licitação;
- V. **prova de regularidade com a Fazenda Municipal (Mobiliário e Imobiliário)**, do município expedidor da sede da empresa, em vigor na data de abertura da licitação:
 - a) a certidão deverá expressar, de forma clara e objetiva, a situação da proponente em relação à totalidade dos tributos (mobiliários e imobiliários) a cargo da Fazenda Municipal. Mesmo não possuindo imóvel em seu nome, estando isenta de qualquer imposto, deverá ser apresentada a certidão retro mencionada.
- VI. **certidão Negativa de Débitos Trabalhistas – CNDT**, em vigor na data da abertura da licitação;
- VII. **declaração da Proponente**, em atendimento ao disposto no artigo 7º, inciso XXXIII, da Constituição Federal (Lei Federal n.º 9.854/1999), nos moldes do Anexo VI, deste Edital, que não emprega menores de 18 (dezoito) anos em trabalho noturno, perigoso ou insalubre, nem menores de 16 (dezesesseis) anos. No caso de empregar menores, a partir de 14 (quatorze) anos, na condição de aprendiz, assinalar na declaração, e
 - a) deverá ser observado o disposto no subitem 17.1.5.

- VIII. **atestado(s) de Capacidade Técnico-Operacional**, fornecido(s) por pessoa jurídica, de direito público ou privado, que comprove ter a proponente realizado serviços similares (serviços de consultoria para estruturação e implementação de Sistema de Gestão da Qualidade segundo a norma ABNT NBR ISSO/IEC 17.025:2017), em características equivalentes ou superiores ao objeto licitado, indicando a execução satisfatória por parte da empresa licitante.
- IX. **atestado(s) de Capacidade Técnico-Profissional**, fornecido por pessoa jurídica de direito público ou privado, em nome de profissional integrante da equipe técnica, conforme declaração do inciso X, abaixo, que tenha sido contratado para a execução de serviços similares (serviços de consultoria para estruturação e implementação de Sistema de Gestão da Qualidade segundo a norma ABNT NBR ISSO/IEC 17.025:2017), em características equivalentes ou superiores ao objeto licitado, indicando a execução satisfatória por parte da empresa licitante.
- X. **declaração**, sob as penas cabíveis, relacionando e qualificando cada um dos membros da equipe técnica, alocada para a execução dos serviços, objeto desta licitação, conforme artigo 30, inciso II, da Lei Federal n.º 8.666/1993.
- a) a substituição de qualquer membro da equipe somente poderá ser realizada com prévia aprovação do SAMA E.
- XI. **comprovação de formação**, experiência e conhecimento da equipe técnica através da apresentação de curriculum vitae e cópia de certificados de conclusão de cursos referentes à Qualidade e Gestão.
- 10.2. Os documentos fiscais e trabalhistas, que não expressarem o prazo de validade, deverão ter data de expedição não superior a 180 (cento e oitenta) dias.
- 10.3. Todos os documentos serão aceitos em original, cópia autenticada por Tabelião ou conforme disposto no subitem 17.4, ou emitidos via internet, mediante confirmação, nos respectivos sites oficiais.
- 10.4. As empresas portadoras do CRC (Certificado de Registro Cadastral), expedido pelo Serviço Autônomo Municipal de Água e Esgoto – SAMA E, Autarquia do Município de Caxias do Sul – RS, em vigor, poderão utilizá-lo, em substituição aos documentos referidos no subitem 10.1, incisos I a VII, desde que esses constem no CRC com validade vigente.
- 10.4.1. No caso de haver algum documento com o prazo de validade expirado, a proponente deverá apresentar, em substituição, o documento em vigor, em original, cópia autenticada ou emitida via Internet, mediante confirmação, no ato de abertura, nos sites oficiais.

10.4.2. O CRC é de uso facultativo; contudo, as proponentes que desejarem obtê-lo ou renová-lo, deverão providenciar o cadastramento até o 3º dia útil anterior à data do recebimento das propostas deste certame, conforme previsto na Lei n.º 8.666/1993 e suas alterações.

10.5. Somente serão habilitadas as proponentes que apresentarem, além de toda a documentação exigida, o ramo pertinente ao objeto desta licitação no seu objeto social/ramo de atividade, comprovado através do Ato Constitutivo ou Estatuto ou Contrato Social ou Registro Comercial (Requerimento de Empresário), CRC ou CNPJ.

10.6. Se a documentação de habilitação não estiver completa e correta ou contrariar qualquer dispositivo deste Edital e seus Anexos, excetuando-se o disposto no subitem 10.7, na comprovação da regularidade fiscal e trabalhista, no caso de Microempresa – ME, Empresa de Pequeno Porte – EPP ou Microempreendedor Individual – MEI, o Pregoeiro considerará a proponente inabilitada.

10.7. Conforme o disposto no parágrafo 1º, do artigo 43 e parágrafo 2º, artigo 18-E, da Lei Complementar n.º 123/2006 e alterações, no caso de Microempresa – ME, Empresa de Pequeno Porte – EPP ou Microempreendedor Individual – MEI, será aberto o prazo de 05 (cinco) dias úteis, **contados do momento em que for declarada vencedora**, tendo sua habilitação condicionada à regularização da documentação, pagamento ou parcelamento do débito.

10.7.1. O prazo citado poderá ser prorrogado uma única vez, por igual período, a critério do SAMA E, desde que seja requerido pela licitante durante o transcurso do respectivo prazo.

10.7.2. O benefício não eximirá a proponente de apresentar, na sessão pública, todos os documentos exigidos para efeito de comprovação da regularidade fiscal e trabalhista, ainda que possuam alguma restrição.

10.7.3. A não regularização da documentação, no prazo fixado, implicará decadência do direito à contratação, sem prejuízo das penalidades previstas neste Edital.

11. DA ADJUDICAÇÃO

11.1. Encerrado o julgamento das propostas e da habilitação, o Pregoeiro proclamará a vencedora, submetendo, às demais proponentes, a proposta e os documentos de habilitação da vencedora, proporcionando, a seguir, a oportunidade para que manifestem a intenção de interpor recurso, esclarecendo que a falta dessa manifestação, imediata e motivada, importará na preclusão desse direito.

11.2. Constatado o atendimento às exigências fixadas neste Edital, inclusive o contido nos subitens 10.5 e 10.6, por parte da proponente que ofertou o menor preço total do lote, essa será declarada vencedora, sendo-lhe adjudicado o objeto desta licitação, na própria sessão pública, caso não haja interposição de recurso, encaminhando o processo para homologação da autoridade competente.

- I. No caso previsto no subitem 10.7, a adjudicação ficará condicionada à comprovação da regularização fiscal e trabalhista.

11.3. Em caso de desatendimento às exigências de habilitação, o Pregoeiro inabilitará a proponente e examinará as ofertas subsequentes e a qualificação das demais, na ordem de classificação e, assim, sucessivamente, até a apuração de uma que atenda ao Edital, sendo essa declarada vencedora, ocasião em que o Pregoeiro poderá negociar, tentando obter melhor preço.

11.4. A proponente a que for adjudicado o objeto do presente certame, ficará obrigada a apresentar, em até 03 (três) dias úteis, os valores unitários de sua proposta para os e-mails contadoria@samaecaxias.com.br e compras@samaecaxias.com.br.

12. DOS RECURSOS ADMINISTRATIVOS

12.1. À proponente que manifestar, motivadamente, na sessão, intenção de recorrer, será concedido o prazo de 03 (três) dias úteis para apresentação das razões do recurso, por escrito, contados do dia subsequente à realização do Pregão.

12.2. As demais proponentes, já intimadas na sessão supracitada, terão o prazo de 03 (três) dias úteis, a contar do primeiro dia útil após o término do prazo da recorrente, para apresentarem as contrarrazões.

12.3. A manifestação de interpor recurso na sessão pública, acompanhada da motivação, são pressupostos de admissibilidade do recurso.

12.3.1. A falta de manifestação imediata e motivada da proponente, na sessão, importará decadência do direito de recurso e a adjudicação do item da licitação ao vencedor.

12.4. As razões e as contrarrazões do recurso, por escrito, deverão ser protocolizadas ao Sr. Diretor-Presidente do SAMA E, no endereço mencionado no preâmbulo deste Edital, no horário das 9h às 16h, de segunda a sexta-feira, em dias úteis, no prazo estipulado para apresentação, sob pena de não admissibilidade.

12.5. Os recursos administrativos de licitações serão disponibilizados no portal do SAMA E, após protocolo, assim como as contrarrazões das proponentes e decisões da Autarquia, permanecendo os autos do processo com vista franqueada aos interessados, no endereço constante no Edital da licitação.

12.6. Quando da intenção de recorrer, o licitante será informado, na própria sessão, com registro em Ata, sobre os procedimentos e datas, ficando, as demais proponentes, desde logo, intimadas para, querendo, apresentarem suas contrarrazões, pelo mesmo sistema, sendo-lhes assegurada vista imediata dos elementos indispensáveis à defesa de seus interesses.

12.7. Nos recursos, serão avaliados o cabimento e a adequação, sendo que o mérito será julgado somente se preenchidos os requisitos intrínsecos de admissibilidade, quais sejam, interesse recursal, legitimidade e o pedido juridicamente possível, bem como os requisitos extrínsecos: a regularidade formal (assinatura, juntada de procuração) e a tempestividade (tempo hábil para a interposição do recurso), entre outros.

12.8. O acolhimento do recurso importará na invalidação apenas dos atos insuscetíveis de aproveitamento.

12.9. Julgados os recursos e constatada a regularidade dos atos procedimentais, o objeto será adjudicado à proponente vencedora que, após, será homologado pelo Sr. Diretor-Presidente do SAMA E.

12.10. Caso as proponentes interponham recursos administrativos por meio de correio eletrônico (e-mail), estes deverão ser transmitidos ao Pregoeiro dentro do prazo recursal e seus originais, protocolados, pela proponente, no prazo previsto, conforme subitem 12.4, sob pena de ser considerado deserto ou prejudicado.

13. SANÇÕES ADMINISTRATIVAS

À proponente deste certame, serão aplicadas as sanções previstas na Lei n.º 8.666/1993 e suas alterações, Lei n.º 10.520/2002 e suas alterações Decreto Municipal n.º 19.078/2017, nas seguintes situações, dentre outras:

13.1. Pelo atraso injustificado no início, na execução e/ou na conclusão do objeto, ou parte desse, o SAMA E aplicará multa de 10% (dez por cento) ao mês, pró-rata dia, sobre o valor correspondente ao objeto não entregue/executado nos prazos previstos neste Edital. Sobre o valor da multa incidirão juros de 12% (doze por cento) ao ano, calculados pró-rata dia.

13.2. Após o período de 90 (noventa) dias de atraso, será considerada rescindida a contratação, sendo aplicada a multa especificada no subitem anterior, independente das penalidades previstas no artigo 87, da Lei Federal n.º 8.666/1993 e Decreto Municipal n.º 19.078/2017.

13.3. Pelo inadimplemento total ou parcial do objeto, iniciado o transcurso do prazo de entrega ou não, à proponente vencedora serão aplicadas as penalidades descritas no subitem 13.1, até a data da formalização, pelo SAMA E e/ou proponente vencedora, da desistência do fornecimento, tomando-se como período inicial, para cálculo da multa, a data da contratação.

13.4. Pela entrega do objeto em desacordo com o solicitado, após o prazo estipulado pelo SAMA E para adequação, será aplicada multa na razão de 10% (dez por cento) sobre o valor da parcela inadimplida.

13.5. Pelo descumprimento de qualquer outra obrigação convencionada no presente instrumento, inclusive recusa injustificada em assinar o contrato, o SAMA E aplicará multa de 2% (dois por cento) sobre o valor do objeto contratado, ou sobre o valor total da proposta, no caso de recusa em assinar o contrato (artigo 81, da Lei Federal n.º 8.666/1993), devidamente atualizado à data da sanção, sem prejuízo da cobrança de eventuais perdas e danos, bem como a pena prevista no artigo 14, do Decreto Municipal n.º 19.078/2017, pelo prazo de até 60 (sessenta) meses.

13.6. Quando da reincidência em irregularidades notificadas pelo SAMA E, sem a pronta adequação, será aplicada a multa correspondente à infração cometida, conforme subitens anteriores, acrescida de 50% (cinquenta por cento) de seu valor, podendo, ainda, ser cancelada a nota de empenho, rescindido o contrato e, sem eventual perda de aplicação das demais penalidades, poder-se-á imputar à proponente vencedora a pena prevista no artigo 14, do Decreto Municipal n.º 19.078/17, pelo prazo de até 60 (sessenta) meses.

13.7. A aplicação de multa não impede que a Administração rescinda unilateralmente o contrato e aplique as outras sanções cabíveis.

13.8. A aplicação de qualquer penalidade não exclui a aplicação de multa.

13.9. Além das penalidades pecuniárias previstas nos itens e subitens anteriores, a proponente vencedora estará sujeita às sanções estabelecidas no artigo 87, da Lei Federal n.º 8.666/1993 e alterações:

- I. advertência;
- II. suspensão temporária de participar em licitações e impedimento em contratar com a Administração, por até 02 (dois) anos;
- III. declaração de inidoneidade para licitar ou contratar com a Administração Pública, enquanto perdurarem os motivos da punição ou até que seja promovida a reabilitação perante a própria autoridade que aplicou a penalidade, que será concedida sempre que o contratado ressarcir a Administração pelos prejuízos resultantes e após decorrido o prazo da sanção aplicada com base no inciso III, do artigo 87, da Lei Federal n.º 8.666, de junho de 1993; e
- IV. inclusão no Cadastro de Fornecedores impedida de Licitar e Contratar com a Administração Municipal na forma prevista na Lei Municipal n.º 5.285 de novembro de 1999.

13.10. Nos termos do artigo 7º, da Lei n.º 10.520/2002 e alterações, a proponente, sem prejuízo das demais cominações legais e contratuais, poderá ficar, pelo prazo de até 05 (cinco) anos, impedida de licitar e contratar com a Administração Pública e descredenciada do Cadastro de Fornecedores do SAMA E e do Município de Caxias do Sul, dentre outros, nos casos de:

- I. apresentação de documentação falsa para participação no certame;

- II. retardamento na execução do objeto;
- III. não manutenção da proposta escrita ou lance verbal, após a adjudicação;
- IV. comportamento inidôneo;
- V. cometimento de fraude fiscal, ou
- VI. fraude ou falha na execução do Contrato.

13.11. É facultada à proponente, nos termos da lei, a apresentação de defesa prévia, na ocorrência de quaisquer das situações previstas neste edital.

13.12. As multas e seu pagamento não eximirão a proponente de ser acionada judicialmente pela responsabilidade civil derivada de perdas e danos, decorrentes das infrações cometidas.

13.13. Na aplicação das penalidades previstas, a Administração considerará, motivadamente, a gravidade da falta, seus efeitos, bem como os antecedentes da proponente ou contratada, garantindo o direito de defesa e o contraditório, podendo deixar de aplicá-las, se acolhidas as justificativas.

13.14. As penalidades aplicadas à proponente serão registradas no Cadastro de Fornecedores do SAMAE e, no caso de suspensão do direito de licitar ou contratar com a Administração, encaminhadas para registro nos cadastros da Administração Direta e Indireta do Município de Caxias do Sul – RS.

14. DA IMPUGNAÇÃO AO EDITAL E DO PEDIDO DE ESCLARECIMENTOS

14.1. Até 02 (dois) dias úteis antes da data designada para a abertura da sessão pública, os interessados poderão solicitar, por escrito, esclarecimentos, providências ou impugnar o ato convocatório.

14.1.1. As solicitações de esclarecimentos e providências poderão ser realizadas por forma eletrônica, pelo e-mail pregoeiros@samaecaxias.com.br ou por petição dirigida ou protocolada no endereço constante do preâmbulo deste Edital.

14.1.2. As solicitações de impugnações deverão ser realizadas por petição dirigida ou protocolada no endereço constante do preâmbulo deste Edital.

14.2. As impugnações e pedidos de esclarecimentos não suspendem os prazos previstos no certame.

14.3. Caberá ao Pregoeiro decidir sobre a impugnação no prazo de até vinte e quatro horas.

14.4. Acolhida a impugnação, será definida e publicada nova data para a realização do certame, se a situação ensejar alteração de data.

14.7. As respostas às impugnações e aos esclarecimentos prestados pelo Pregoeiro acompanharão os autos do processo licitatório e estarão disponíveis para consulta por qualquer interessado.

14.8. Nas impugnações, serão avaliados o cabimento e a adequação, sendo que o mérito será julgado somente se preenchidos os requisitos intrínsecos de admissibilidade, quais sejam, interesse recursal, legitimidade e o pedido juridicamente possível, bem como os requisitos extrínsecos: a regularidade formal (assinatura, juntada de procuração) e a tempestividade (tempo hábil para a impugnação), entre outros.

15. DA GARANTIA DE EXECUÇÃO

Em garantia ao cumprimento do contrato, e antes da assinatura, a proponente vencedora deverá caucionar, junto à Seção de Tesouraria do SAMA E, a importância equivalente a 5% (cinco por cento) de seu valor, podendo ser caução em dinheiro ou títulos da dívida pública, seguro-garantia ou fiança bancária (artigo 56, parágrafo 1º, da Lei Federal n.º 8.666/1993), que deverá estar em vigor durante todo o período contratual.

15.1. A garantia prestada pela proponente vencedora será liberada ou restituída, mediante solicitação protocolada e encaminhada à Seção de Contadoria do SAMA E, após a execução do contrato.

15.2. A caução responderá automaticamente pelo inadimplemento das condições contratuais e por eventuais multas aplicadas, independentemente de outras cominações legais, quando for o caso.

15.3. A validade da garantia deverá abranger todo o prazo de vigência contratual.

15.4. A garantia, qualquer que seja a modalidade escolhida, assegurará o pagamento de:

- I. prejuízos advindos do não cumprimento das obrigações contratuais;
- II. prejuízos causados à autarquia decorrentes de culpa ou dolo, por parte do contratado, durante a execução contratual;
- III. multas moratórias e punitivas aplicadas pela Administração à Contratada;
- IV. obrigações trabalhistas e previdenciárias, de qualquer natureza, não adimplidas pela Contratada; e
- V. prejuízos derivados de atos culposos, omissos ou comissivos, causados pela Contratada, ou seus prepostos, durante a execução contratual.

15.4.1. A modalidade seguro-garantia somente será aceita se contemplar todos os eventos indicados neste subitem.

15.4.2. No caso de alteração ou prorrogação da vigência contratual, a garantia deverá ser readequada ou renovada nas mesmas condições.

16. CONTRATO

Transcorrido o prazo recursal, nos termos do art. 109, da Lei Federal n.º 8.666/1993, a proponente vencedora será convocada pelo SAMA E, por escrito, para, num prazo de 10 (dez) dias corridos, assinar o instrumento contratual.

16.1. No caso de a proponente vencedora se recusar a assinar o contrato, será convocada a segunda classificada e intimadas as demais participantes da fase de lances para que, em sessão pública, seja examinada a última oferta válida e verificada a aceitabilidade da proposta, procedendo-se à habilitação, e assim, sucessivamente, até a apuração de uma proposta que atenda ao Edital.

16.2. Na hipótese do subitem anterior, o pregoeiro poderá negociar diretamente com a proponente para que seja obtido preço melhor.

16.3. A assinatura do Contrato será realizada na Assessoria Jurídica do SAMA E, na Rua Pinheiro Machado, n.º 1615, 4º andar, Caxias do Sul – RS, com imediato encaminhamento à publicação.

16.4. A minuta do contrato é parte integrante do Pregão e o acompanha em cumprimento ao art. 40, parágrafo 2º, inciso III, da Lei Federal n.º 8.666/1993, cujo objetivo é informar à proponente os termos em que será firmada a contratação.

16.5. A execução do Contrato será objeto de acompanhamento, fiscalização e avaliação por parte do SAMA E, na pessoa dos servidores Engº Celso Gustavo Mello, a quem competirá comunicar as falhas porventura constatadas no cumprimento do contrato, assim como determinar as providências necessárias para a respectiva correção e a gestão do contrato competirá ao servidor Engº Adriano Bolesina, Diretor da Divisão de Água.

16.6. A fiscalização de que trata o subitem anterior será exercida no interesse do SAMA E.

16.7. Quaisquer exigências da fiscalização, inerentes ao objeto do Contrato, deverão ser prontamente atendidas pela proponente vencedora, sem qualquer ônus para o SAMA E.

16.8. Qualquer fiscalização exercida pelo SAMA E, feita em seu exclusivo interesse, não implica corresponsabilidade pela execução do contrato e não exime a Contratada de suas obrigações pela fiscalização e sua perfeita execução.

16.9. A fiscalização do SAMA E, em especial, terá o dever de verificar a qualidade dos objetos a serem entregues e dos serviços realizados, observando a garantia mínima estipulada, podendo exigir a sua substituição quando não atender os termos do que foi proposto e contratado, sem que assista à Contratada qualquer indenização pelos custos daí decorrentes.

17. DAS DISPOSIÇÕES GERAIS

17.1. Todos os documentos exigidos no presente instrumento convocatório poderão ser apresentados em original, por qualquer processo de cópia autenticada, publicação em órgão da imprensa oficial, autenticados digitalmente ou emitidos via Internet.

17.1.1. Os documentos expedidos pela Internet poderão ser apresentados em forma original ou cópia reprográfica sem autenticação. Entretanto, estarão sujeitos à verificação de sua autenticidade por meio de consulta realizada na sessão.

17.1.2. Todos os documentos deverão ser apresentados, se possível, em folha tamanho A4.

17.1.3. Os documentos apresentados, em original ou cópia autenticada, não serão devolvidos.

17.1.4. Não será aceito protocolo ou requerimento de pedido de emissão de documentos.

17.1.5. Caso o contrato social ou o estatuto determinem que mais de uma pessoa deva assinar o termo de credenciamento, a falta de qualquer uma das assinaturas invalida o documento para a finalidade aqui proposta.

17.2. Uma vez iniciada a sessão, não serão admitidas à licitação participantes retardatárias.

17.3. Caso, excepcionalmente, seja suspensa ou encerrada a sessão antes de cumpridas todas as fases preestabelecidas, os envelopes lacrados e, devidamente, rubricados pelo Pregoeiro e pelos representantes presentes, ficarão sob a guarda do Pregoeiro, sendo exibidos às licitantes na reabertura da sessão ou na nova sessão previamente marcada para prosseguimento dos trabalhos.

17.4. A autenticação de documentos feita pelo SAMA E deverá ser solicitada até, no máximo, uma hora antes da abertura da licitação. Caso a proponente não autentique os documentos junto ao SAMA E até o prazo mencionado, deverá fazê-lo em cartório.

17.5. Não será concedido prazo para apresentação de documentos e propostas exigidos no edital e não apresentados na sessão de abertura, salvo o disposto no artigo 48, parágrafo 3.º, da Lei n.º 8.666/1993 e suas alterações e no artigo 43, parágrafo 1.º, da Lei Complementar n.º 123/2006 e suas alterações.

17.6. Não serão aceitos documentação, propostas, impugnações ou pedidos de esclarecimentos enviados por fac-símile e/ou apresentados em papel térmico do tipo usado em aparelhos de fac-símile.

17.6.1. Não serão aceitas impugnações enviadas por qualquer meio eletrônico de transmissão de dados.

17.7. Os envelopes contendo os documentos de habilitação das proponentes classificadas para a fase de lances, das proponentes sem representante presente na sessão e das proponentes que não atenderem às condições de participação ao certame, permanecerão em poder do Pregoeiro durante o prazo de validade das propostas. Se não forem retirados em até 30 (trinta) dias após aquele prazo, serão inutilizados.

17.8. Todos os documentos serão colocados à disposição dos presentes para livre exame e rubrica.

17.9. Integram o presente Edital os seguintes anexos:

- Anexo I – Modelo de Termo de Credenciamento;
- Anexo II – Modelo de Declaração de Habilitação e de Idoneidade;
- Anexo III – Modelo de Declaração de ME e EPP;
- Anexo IV – Modelo de Declaração de MEI;
- Anexo V – Proposta de Preços;
- Anexo VI – Modelo de Declaração que Não Emprega Menores e Conformidade com o Art. 7º, inciso XXXIII, da Constituição Federal (Lei Federal n.º 9.854/1999);
- Anexo VII – Minuta de Contrato;
- Anexo VIII – Termo de Referência.

17.9.1. A minuta do contrato é parte integrante do Pregão e o acompanha em cumprimento ao art. 40, parágrafo 2º, inciso III, da Lei Federal n.º 8.666/1993, cujo objetivo é informar à proponente os termos em que será firmada a contratação.

17.10. Os licitantes assumem todos os custos de preparação e apresentação de suas propostas e a Administração não será, em nenhum caso, responsável por esses custos, independentemente da condução ou do resultado do processo licitatório.

17.11. Da sessão pública do pregão, será lavrada ata circunstanciada, contendo, sem prejuízo de outros, o registro das proponentes credenciadas, das propostas escritas e verbais apresentadas, na ordem de classificação, da análise da documentação exigida para habilitação e da manifestação da intenção de interpor recurso, com a devida motivação. A ata será assinada pelo Pregoeiro, pela equipe de apoio e pelos representantes credenciados

17.12. Só terá direito a usar a palavra, rubricar a documentação e as propostas, apresentar reclamações ou recursos e assinar atas as proponentes ou seu representante credenciado, o Pregoeiro e a equipe de apoio.

17.13. Caso haja necessidade de suspensão da Sessão Pública, o Pregoeiro designará nova data para a continuidade dos trabalhos, ficando intimadas, no mesmo ato, as proponentes presentes.

17.14. É facultada ao Pregoeiro ou à autoridade superior, em qualquer fase da licitação, a promoção de diligência, destinada a esclarecer ou a complementar a instrução do processo, vedada a inclusão posterior de documento ou de informação que deveria constar no ato da sessão pública, ressalvada a previsão do parágrafo 1º, do artigo 43, da Lei Complementar n.º 123/2006.

17.15. A apresentação da proposta pela proponente implica aceitação deste edital, bem como das normas legais que regem a matéria e, se porventura, a proponente for declarada vencedora, o cumprimento de todas as disposições contidas nesta licitação.

17.16. Ao SAMA E fica assegurado o direito de revogar ou anular a presente licitação, em parte ou no todo, em decisão justificada. Em caso de revogação ou anulação parcial do certame, o SAMA E poderá aproveitar as propostas nos termos não atingidos pela revogação ou anulação e na estrita observância aos critérios de julgamento previstos neste edital, nas Leis n.º 8.666/1993 e suas alterações, n.º 10.520/2002 e Decreto Municipal n.º 19.078/2017.

17.17. A homologação da adjudicação desta licitação é de competência do Diretor-Presidente do SAMA E.

17.18. Servidores Municipais, assim considerados aqueles do artigo 84, “caput” e parágrafo 1.º, da Lei n.º 8.666/1993 e suas alterações, estão impedidos de participar deste certame licitatório, (tanto como membros da diretoria da empresa ou como do quadro de funcionários), por determinação do artigo 9.º, inciso III, da Lei n.º 8.666/1993 e suas alterações, tendo em vista a vedação expressa de contratar com o Município, contida no artigo 22, da Lei Orgânica do Município, bem como artigo 242, incisos XXI a XXIV, do Estatuto dos Servidores do Município de Caxias do Sul.

17.19. O trâmite do procedimento licitatório estará disponível no endereço eletrônico <http://www.samaecaxias.com.br/Edital>, juntamente com cópia digital, em formato PDF, dos documentos gerados no decorrer do certame, sendo de responsabilidade exclusiva da licitante a obtenção ou consulta desses documentos.

17.20. O processo licitatório encontra-se à disposição dos interessados na Gerência de Licitações, localizada na Rua Pinheiro Machado, n.º 1615 – Centro, em Caxias do Sul/RS, no horário de expediente.

17.21. Informações por telefone, somente no horário de expediente, de segunda a sexta-feira, em dias úteis, ou pela Internet, pelo site www.samaecaxias.com.br, em Licitações:

- I. esclarecimentos referentes às especificações dos serviços: Celso Gustavo Mello, (54) 3220-8600, ramal 456, e-mail: cgmello@samaecaxias.com.br ;
- II. certificado de registro cadastral: (54) 32208642 ou 32208608;
- III. editais: (54) 32208687, 32208621, 32208631, 32208630 e 32208602;
- IV. pregoeiros: pregoeiros@samaecaxias.com.br;



V. gerência de licitações: compras@samaecaxias.com.br.

Caxias do Sul, 19 de março de 2018.

Verônica Delazzeri,
Agente Administrativo.

Lourenço Benetti Bonfá,
Diretor Financeiro.

Giovani Zappas,
Diretor-Presidente do SAMAEC.

PREGÃO PRESENCIAL N.º 030/2018

TERMO DE CREDENCIAMENTO

Prezado(s) Senhor(es):

Credenciamos o(a) Sr.(a) _____, portador(a) da Carteira de Identidade n.º _____ e CPF n.º _____, a participar da licitação promovida pelo Serviço Autônomo Municipal de Água e Esgoto – SAMAEC, na modalidade Pregão Presencial, na qualidade de REPRESENTANTE LEGAL, outorgando-lhe poderes para se pronunciar em nome da empresa _____, bem como formular lances, negociar preços, interpor e desistir de recursos e praticar todos os demais atos inerentes ao certame.

_____, _____ de _____ de 2018.

Assinatura do Responsável Legal da Proponente.

(Se PROCURADOR, anexar cópia da PROCURAÇÃO autenticada ou com o original e observar o disposto no subitem 17.1.5)

PREGÃO PRESENCIAL N.º 030/2018

Declaração de Habilitação e Idoneidade

_____, inscrita no CNPJ sob o n.º
_____, através de seu responsável legal, Sr.(a)
_____, (cargo na empresa)
_____, portador(a) da Carteira de Identidade n.º
_____ e do CPF n.º _____, para

fins de direito, **DECLARA**, expressamente, sob as penas da lei, que:

- I. cumpre os requisitos de habilitação, inciso VII, do artigo 4º, da Lei nº. 10.520/2002 e que **não foi declarada inidônea** para licitar ou contratar com a Administração Pública, em qualquer de suas esferas, nos termos do inciso IV, artigo 87, da Lei n.º 8.666/1993 e alterações, bem como comunicará qualquer fato ou evento superveniente à entrega dos documentos de habilitação, que venham a alterar a atual situação da empresa, quanto à capacidade jurídica, técnica, regularidade fiscal e econômico-financeira;
- II. possui conhecimento de todas as informações contidas no Edital;
- III. a proposta atende integralmente aos requisitos constantes do Edital, e
- IV. atende a todas as exigências de **habilitação** contidas no referido Edital.

Por ser a expressão da verdade, firma o presente.

_____, _____ de _____ de 2018.

Assinatura do Responsável Legal da Proponente.

(Se PROCURADOR, anexar cópia da PROCURAÇÃO autenticada ou com o original e observar o disposto no subitem 17.1.5)

PREGÃO PRESENCIAL N.º 030/2018

DECLARAÇÃO DE ENQUADRAMENTO PARA ME OU EPP

_____, CNPJ _____ n.º _____,
_____, por meio de seu Responsável Legal, e Contador ou
Técnico em Contabilidade, DECLARA, expressamente, sob as penas da lei, que:

- I. encontra-se enquadrada, em atendimento à Lei Complementar nº 123/2006, como:
() microempresa, ou
() empresa de pequeno porte;
- II. não está enquadrada em nenhum dos impedimentos previstos no § 4º, do artigo 3º, da Lei Complementar 123/2006 e suas alterações;
- III. o valor da receita bruta anual da sociedade, no último exercício, não excedeu ao limite fixado nos incisos I e II, do art. 3.º, da Lei Complementar n.º 123/2006 e suas alterações, e
- IV. tem conhecimento dos artigos 42 a 49 da Lei Complementar 123/2006, estando ciente da obrigatoriedade de declarar posteriores impeditivas de tal habilitação, em cumprimento ao § 2º, artigo 32, da Lei nº 8.666/1993.

Por ser expressão da verdade, firmamos a presente.

_____, _____ de _____ de 2018.

Assinatura do Responsável Legal da Proponente.

(Se PROCURADOR, anexar cópia da PROCURAÇÃO autenticada ou com o original e observar o disposto no subitem 17.1.5)

Nome completo, número de inscrição no Conselho Regional de Contabilidade e assinatura do contador ou técnico em contabilidade da empresa (firma reconhecida em cartório).

EDITAL DE PREGÃO PRESENCIAL N.º 030/2018

DECLARAÇÃO DE ENQUADRAMENTO PARA MEI

_____, por meio de seu Responsável Legal, declara, sob as penas da lei, que:

- I. enquadra-se na situação de microempreendedor individual;
- II. o valor da receita bruta anual, no último exercício, não excedeu ao limite fixado no art. 18-A, §§ 1º e 2º, da Lei Complementar n.º 123/2006 e suas alterações;
- III. não se enquadra em qualquer das hipóteses relacionadas no art. 18-A, § 4º, incisos I a IV, da mesma lei;
- IV. possui, no máximo, 1 (um) empregado e que este recebe exclusivamente 1 (um) salário mínimo ou o piso salarial da categoria profissional;
- V. exerce tão-somente as atividades constantes do Anexo Único da Resolução CGSN n.º 78, de 13 de setembro de 2010.

Por ser expressão da verdade, firmamos a presente.

_____, _____ de _____ de 2018.

Nome completo e assinatura do Responsável Legal da Proponente
(Se PROCURADOR, anexar cópia da PROCURAÇÃO autenticada ou com o original e observar o disposto no subitem 17.1.5)

PREGÃO PRESENCIAL N.º 030/2018

PROPOSTA DE PREÇOS

LOTE 01					
ITEM	ESPECIFICAÇÃO	QUANT.	UN.	PREÇO (R\$/hrs)	PREÇO TOTAL (PARA 12 MESES) (R\$)
01	Cod. 8879- Contratação de consultoria com capacitação dos servidores da Seção de Controle de Qualidade visando a estruturação do Sistema de Gestão da Qualidade no Laboratório da SCQ, conforme a Norma da ABNT NBR ISO/IEC 17.025:2017, considerando aspectos relativos à amostragem da matriz água tratada e ensaios de: turbidez (método nefelométrico), pH (método potenciométrico), fluoretos (método colorimétrico e eletrodo de íon seletivo), alumínio (método espectrofotométrico), cloro livre e cloro total (método colorimétrico).	420	Hrs/ano		
TOTAL GERAL (R\$):					
TOTAL GERAL PARA 12 (DOZE) MESES POR EXTENSO:					

I. Identificação da Proponente:

Nome:

Endereço:

Cidade/Estado:

CEP:

CNPJ:

Fone:

Contato:

E-mail:



II. Identificação do Representante (se houver):

Nome:

Endereço:

Cidade/Estado:

CEP:

CNPJ:

Fone:

Contato:

E-mail:

III. Identificação do Responsável junto ao SAMA E pela solução de problemas que porventura venham a ocorrer.

Nome:

Endereço:

Cidade/Estado:

CEP:

CNPJ:

CPF (se pessoa física):

Fone:

Contato:

E-mail:

_____, _____ de _____ de 2018.

Nome completo e assinatura do Responsável Legal da Proponente (Se PROCURADOR, anexar cópia da PROCURAÇÃO autenticada ou com o original e observar o disposto no subitem 17.1.5)

PREGÃO PRESENCIAL N.º 030/2018

DECLARAÇÃO QUE NÃO EMPREGA MENORES

_____, inscrita no CNPJ sob o n.º _____, através de seu responsável legal, Sr.(a). _____, portador(a) da Carteira de Identidade n.º _____ e do CPF n.º _____, DECLARA que não emprega menores de 18 (dezoito) anos em trabalho noturno, perigoso ou insalubre e nem menores de 16 (dezesesseis) anos, conforme disposto no artigo 7º, inciso XXXIII, da Constituição Federal (Lei Federal n.º 9.854/1999).

Ressalva: emprega menores, a partir de 14 (quatorze) anos, na condição de aprendiz:

() Sim

() Não

_____, _____ de _____ de 2018.

Nome completo e assinatura do Responsável Legal da Proponente
(Se PROCURADOR, anexar cópia da PROCURAÇÃO autenticada ou com o original e observar o disposto no subitem 17.1.5)

PREGÃO PRESENCIAL N.º 030/2018

MINUTA DO CONTRATO

CONTRATO QUE ENTRE SI CELEBRAM O SERVIÇO AUTÔNOMO MUNICIPAL DE ÁGUA E ESGOTO – SAMAE E, PARA CONTRATAÇÃO DE CAPACITAÇÃO PARA SERVIDORES E CONSULTORIA DA SEÇÃO DE CONTROLE DE QUALIDADE, EM CAXIAS DO SUL – RS.

O SERVIÇO AUTÔNOMO MUNICIPAL DE ÁGUA E ESGOTO – SAMAE, Autarquia do Município de Caxias do Sul – RS, com sede na Rua Pinheiro Machado, n.º 1615, neste ato representado por seu Diretor-Presidente,, brasileiro, casado, residente e domiciliado nesta cidade, adiante denominado simplesmente "SAMAE", inscrito no CNPJ sob o n.º 88.659.313/0001-05 e, de outro lado, a empresa, inscrita no CNPJ sob o n.º, com sede na....., por seu representante legal, Sr(a).CPF n.º, abaixo assinado, adiante denominada simplesmente "CONTRATADA", celebram o presente contrato, de acordo com as cláusulas e condições seguintes:

CLÁUSULA PRIMEIRA – Elementos Constitutivos, Amparo Legal e Dotação Orçamentária

O presente contrato é celebrado à vista do contido no processo administrativo n.º....., que trata do Pregão Presencial n.º 030/2018, seu Termo de Referência, proposta da CONTRATADA e Empenho n.º, dede de 2018, atendendo às Lei n.º 10.520, de 17 de julho de 2002, com aplicação subsidiária da Lei Federal n.º 8.666, de 21 de junho de 1993 e alterações; Lei Complementar n.º 101, de 04 de maio de 2000 e alterações; Lei Complementar n.º 123, de 14 de dezembro de 2006 e alterações; Lei Municipal n.º 5.285, de 29 de novembro de 1999 e alterações; Decreto Municipal n.º 18.364, de 29 de agosto de 2016; Decreto Municipal n.º 19.078, de 23 de agosto de 2017, e demais legislação pertinente à matéria, as regras e condições estabelecidas no Edital e anexos que o integram, sendo que as despesas decorrentes correrão à conta da dotação orçamentária consignada no presente exercício financeiro, 03.05 – DAG – 17.512.0.013.2.348 – 3.3.90.39.48.00.00.00, e, do próximo, a consignar.

CLÁUSULA SEGUNDA – Objeto do Contrato

Contratação de consultoria com capacitação dos servidores da Seção de Controle de Qualidade visando a continuidade da estruturação do Sistema de Gestão da Qualidade no Laboratório da Gerência de Tratamento de Água, da Divisão de Água do SAMAE, no Município de Caxias do Sul, conforme norma da ABNT NBR ISO/IEC 17.025:20017, objetivando o atendimento do

artigo 21, do Anexo XX da Portaria GM/MS n.º 05/2017, de acordo com o Termo de Referência – Anexo VIII.

CLÁUSULA TERCEIRA – Preço

O SAMA E pagará à CONTRATADA o valor correspondente a R\$.....(.....) pelo fornecimento do objeto descrito na cláusula anterior, conforme Termo de Referência – Anexo VIII do Edital.

ITEM	ESPECIFICAÇÃO	QUANT.	UN.	PREÇO UNITÁRIO (R\$/Hrs)	PREÇO TOTAL (PARA 12 MESES) (R\$)
------	---------------	--------	-----	--------------------------	-----------------------------------

.....

§ 1º O preço contratado será considerado completo e suficiente para o fornecimento do objeto deste Contrato, sendo desconsiderada qualquer reivindicação de pagamento adicional devido a erro ou à má interpretação por parte CONTRATADA.

§ 2º O preço contratado é cotado em moeda corrente nacional, não sendo permitido seu reajuste, exceto em decorrência de mudanças que venham a ocorrer na legislação, nele estando incluídos todos os custos com materiais, produtos, pessoal, encargos sociais, trabalhistas, tributários, previdenciários, custo com deslocamento do(s) técnico(s), alimentação, hospedagem, transporte de todos os materiais e equipamentos necessários à execução dos serviços e demais despesas incidentes ou que venham a incidir sobre a prestação dos serviços, de acordo com o Termo de Referência- Anexo VIII, do Edital.

§ 3º A inadimplência da CONTRATADA com referência aos encargos trabalhistas, fiscais e comerciais ou indenizações, não transfere ao SAMA E a responsabilidade por seu pagamento, nem poderá onerar o objeto do contrato, de acordo com o artigo 71, parágrafo 1º, da Lei Federal n.º 8.666/1993.

§ 4º Os quantitativos acima foram estimados para um ano de contratação, para fins de orçamento, julgamento e empenho. Por tratar-se de contrato por preço unitário, os quantitativos poderão variar para mais ou para menos considerando-se sempre os preços unitários propostos.

CLÁUSULA QUARTA – Dos Serviços

§1º O local de execução dos serviços será nas dependências da Seção de Controle de Qualidade, situada na Rua Nestor Moreira, n.º 719, Bairro Nossa Senhora de Lourdes, em Caxias do Sul – RS.

§ 2º Os serviços serão contratados por um período de 12 (doze) meses, abrangendo um montante de 420 horas (in loco), estimando-se o número máximo de 35 (trinta e cinco) visitas anuais.

§ 3º Os serviços executados deverão obedecer ao Termo de Referência – Anexo VIII, do Edital e, em caso de comprovadas desconformidades, fica a CONTRATADA responsável pela sua readequação.

§ 4º São vedados o subempreitamento ou a transferência, parcial ou total, dos serviços que compõem o objeto deste Contrato.

§ 5º O SAMA E reserva-se o direito de recusar os serviços, peças e materiais que não estiverem de acordo com o especificado, sendo que as despesas decorrentes correrão às expensas da CONTRATADA, sendo reiniciada a contagem do prazo para pagamento quando da execução definitiva.

§ 6º Identificação do responsável junto ao SAMA E pelos contatos e pela solução de problemas que porventura venham a ocorrer (nome, telefone e e-mail).

§ 7º Pelo menos um dos profissionais que executará a capacitação deve estar relacionado no Atestado de Capacidade Técnica apresentado no ato dos documentos de habilitação, conforme item 10.1, inciso VIII e IX, do Edital.

§ 8º Os objetivos específicos da contratação de consultoria, encontram-se elencados no item 2, do Termo de Referência – Anexo VIII, do Edital, quais sejam:

- I. Diagnóstico da condição atual: elaboração do diagnóstico do Sistema de Gestão da Qualidade com base na NBR ISO/IEC 17.025:2017 através de: auditoria às instalações; entrevistas com os gestores e equipe envolvida no processo; levantamento dos pontos críticos, englobando requisitos legais, regulamentares e infraestrutura existente.
- II. Elaboração de plano de ação para estruturação e implementação do Sistema de Gestão da Qualidade (SGQ) contendo todas as atividades que devem ser realizadas, de acordo com cada requisito da Norma NBR ISO/IEC 17025:2017, bem como os responsáveis, os prazos de execução e a metodologia para consecução dos objetivos.
- III. Orientações sobre confecção e controle de documentos e registros.
- IV. Assistência no processo de validação de métodos e na estimativa de incertezas de medição.
- V. Esclarecimentos sobre controle de dados, rastreabilidade de medição, garantia da qualidade de resultados dos ensaios e relatório de ensaios;
- VI. Instruções para a elaboração dos documentos referentes a contrato de ensaios e calibrações, aquisição de serviços, equipamentos e suprimentos, atendimento ao cliente, controle de não-conformidades e ações preventivas.

- VII. Auxílio no planejamento e execução de treinamentos internos, incluindo avaliação da eficácia dos mesmos.
- VIII. Orientações no planejamento e execução de auditorias internas do SGQ.
- IX. Avaliação, através de auditoria, do Sistema de Gestão da Qualidade, simulando a avaliação de credenciamento do Laboratório e implantando as ações corretivas para eventuais não conformidades levantadas.

§9º O Sistema de Gestão da Qualidade envolverá a etapa de amostragem da matriz água tratada e análise dos seguintes parâmetros: turbidez (método nefelométrico), pH (método potenciométrico), fluoretos (método colorimétrico e eletrodo de íon seletivo), alumínio residual (método espectrofotométrico), cloro livre e cloro total (método colorimétrico), relativos à água tratada.

CLÁUSULA QUINTA – Condições de Pagamento

O pagamento da Nota Fiscal, conferida e liberada pelo fiscal do contrato, responsável pelo acompanhamento da sua execução, será efetuado no 10º (décimo) dia útil, contados da sua apresentação, de acordo com os quantitativos efetivamente realizados no período, acompanhada de relatório descritivo das atividades realizadas. Se, no décimo dia útil, não houver expediente na Autarquia, o pagamento será efetuado no primeiro dia útil seguinte.

§1º A nota fiscal, contendo, no mínimo, o número do contrato e o mês de referência do serviço, deverá ser entregue na Divisão Financeira do SAMA E, até o último dia útil do mês da prestação dos serviços.

§ 2º Para fins de pagamento, deverão ser informados os dados bancários, contendo o nome e o número do banco, da agência e da conta corrente em nome da proponente.

§ 3º Sob pena de suspensão, o pagamento está condicionado à apresentação de cópia dos documentos abaixo relacionados, juntamente com a Nota Fiscal:

- I. Certidão de Débitos Relativos a Créditos Tributários Federais e à Dívida Ativa da União, expedida pela Receita Federal;
- II. Certidão de Situação Fiscal, expedida pela Receita Estadual do domicílio da empresa.
- III. Certidão de Regularidade perante a Fazenda Municipal do domicílio da empresa;
- IV. Certificado de regularidade do FGTS – CRF, emitido pela Caixa Econômica Federal, e
- V. Certidão Negativa de Débitos Trabalhistas – CNDT, emitida pelo Tribunal Superior do Trabalho.

§ 4º Os documentos exigidos nos incisos I, II e III, do subitem anterior, que não expressarem o prazo de validade, deverão ter a data de expedição não superior a 180 (cento e oitenta) dias.

§ 5º Cada parcela do contrato somente será quitada, para todos os casos, conforme alínea “a”, inciso I, do art. 73, da Lei Federal nº 8.666/93 e alterações, mediante a emissão do Termo de

Recebimento Provisório.

§ 6º A última parcela do contrato somente será quitada, para todos os casos, conforme alínea “b”, inciso I, do art. 73, da Lei Federal nº 8.666/93 e alterações, mediante a emissão do Termo de Recebimento Definitivo.

CLÁUSULA SEXTA – Obrigações do CONTRATANTE

§ 1º Receber, fiscalizar, orientar, impugnar, dirimir dúvidas emergentes da execução do objeto contratado.

§ 2º Receber o objeto contratado e lavrar Termo de Recebimento Provisório. Se o objeto contratado não estiver de acordo com as especificações do CONTRATANTE, rejeitá-lo, no todo ou em parte. Do contrário, após a análise de compatibilidade entre o contratado e o efetivamente entregue, será lavrado o Termo de Recebimento Definitivo.

§ 3º Efetuar o pagamento no prazo estabelecido na Cláusula Quinta do presente Contrato.

CLÁUSULA SÉTIMA – Obrigações da CONTRATADA

§ 1º Arcar com os encargos previdenciários, fiscais (ICMS e outros), comerciais, trabalhistas, tributários, materiais, embalagens, tarifas, fretes, seguros, descarga, transporte, responsabilidade civil e outros resultantes do contrato, bem como os riscos atinentes à atividade, inclusive quaisquer despesas que venham a incidir sobre os materiais, objeto deste contrato.

- I. Entende-se por encargos os tributos (impostos, taxas), contribuições fiscais e parafiscais, os instituídos por leis sociais, emolumentos, fornecimento de mão de obra especializada, administração, lucros, materiais e ferramental, transporte de material e de pessoal, estada, hospedagem, alimentação e qualquer despesa, acessória e/ou necessária, não especificada neste Contrato.

§ 2º Indenizar terceiros e ao contratante os possíveis prejuízos ou danos, decorrentes de dolo ou culpa, durante a execução do contrato, em conformidade com o artigo 70, da Lei n.º 8.666/1993 e suas alterações.

§ 3º Arcar com todas as despesas necessárias à execução do objeto contratado.

§ 4º Cumprir fielmente o contrato, em compatibilidade com as obrigações assumidas.

§ 5º Readequar os serviços reprovados pela Fiscalização do Contrato, no prazo estabelecido.

§ 6º Manter todas as condições de habilitação e qualificação exigidas na licitação, durante toda a execução do contrato e em compatibilidade com as obrigações assumidas.

§ 7º Responder pela qualidade, quantidade, validade, segurança e demais características dos serviços, bem como a observação às normas técnicas.

§ 8º Informar à fiscalização do contrato, durante sua vigência, qualquer alteração de endereço, telefone, correio eletrônico (e-mail) ou outros dados.

§ 9º Todo o pessoal da CONTRATADA deverá possuir habilitação e experiência para executar, adequadamente, os serviços que lhe forem atribuídos.

§ 10 A CONTRATADA possuirá todos os Equipamentos de Proteção Individual (EPI's), necessários ao desenvolvimento das atividades, bem como incentivará e obrigará a utilização dos mesmos pelos seus empregados.

§ 11 A CONTRATADA informará ao SAMA E, por escrito, sob pena de não pagamento, quando for constatada a impossibilidade de executar os serviços determinados.

§ 12 A CONTRATADA informará ao SAMA E, a substituição de qualquer membro da equipe, que somente poderá ser concretizada com a prévia aprovação do SAMA E.

CLÁUSULA OITAVA – Sanções Administrativas

§ 1º Pelo atraso injustificado no início, na execução e/ou na conclusão do objeto, ou parte desse, o SAMA E aplicará multa de 10% (dez por cento) ao mês, pró-rata dia, sobre o valor correspondente ao objeto não entregue/executado nos prazos previstos neste Edital. Sobre o valor da multa incidirão juros de 12% (doze por cento) ao ano, calculados pró-rata dia.

§ 2º Após o período de 90 (noventa) dias de atraso, será considerada rescindida a contratação, sendo aplicada a multa especificada no subitem anterior, independente das penalidades previstas no artigo 87, da Lei Federal n.º 8.666/1993 e Decreto Municipal n.º Decreto Municipal n.º 19.078/2017.

§ 3º Pelo inadimplemento total ou parcial do objeto, iniciado o transcurso do prazo de entrega ou não, à CONTRATADA serão aplicadas as penalidades descritas no parágrafo 1º, até a data da formalização, pelo SAMA E e/ou CONTRATADA, da desistência do fornecimento, tomando-se como período inicial, para cálculo da multa, a data da contratação.

§ 4º Pela entrega do objeto em desacordo com o solicitado, após o prazo estipulado pelo SAMA E para adequação, será aplicada multa na razão de 10% (dez por cento) sobre o valor da parcela inadimplida.

§ 5º Pelo descumprimento de qualquer outra obrigação convencionada no presente instrumento, inclusive recusa injustificada em assinar o contrato, o SAMA E aplicará multa de 2% (dois por cento) sobre o valor do objeto contratado, ou sobre o valor total da proposta, no caso de recusa em assinar o contrato (artigo 81, da Lei Federal n.º 8.666/1993), devidamente atualizado à data da sanção, sem prejuízo da cobrança de eventuais perdas e danos, bem como a pena prevista no artigo 14, do Decreto Municipal n.º 19.078/2017, pelo prazo de até 60 (sessenta) meses.

§ 6º Quando da reincidência em irregularidades notificadas pelo SAMA E, sem a pronta adequação, será aplicada a multa correspondente à infração cometida, conforme subitens anteriores, acrescida de 50% (cinquenta por cento) do valor da multa, podendo, ainda, ser cancelada a nota de empenho, rescindido o contrato e/ou imputada à CONTRATADA a pena prevista no artigo 14, do Decreto Municipal n.º 19.078/2017, pelo prazo de até 60 (sessenta) meses.

§ 7º A aplicação de multa não impede que a Administração rescinda unilateralmente o contrato e aplique as outras sanções cabíveis.

§ 8º A aplicação de qualquer penalidade não exclui a aplicação de multa.

§ 9º Além das penalidades pecuniárias previstas nos itens e subitens anteriores, a CONTRATADA estará sujeita às sanções estabelecidas no artigo 87, da Lei Federal n.º 8.666/1993 e alterações:

- I. advertência;
- II. suspensão temporária de participar em licitações e impedimento em contratar com a Administração, por até 02 (dois) anos;
- III. declaração de inidoneidade para licitar ou contratar com a Administração Pública, enquanto perdurarem os motivos da punição ou até que seja promovida a reabilitação perante a própria autoridade que aplicou a penalidade, que será concedida sempre que o contratado ressarcir a Administração pelos prejuízos resultantes e após decorrido o prazo da sanção aplicada com base no inciso III, do artigo 87, da Lei Federal n.º 8.666, de junho de 1993; e
- IV. inclusão no Cadastro de Fornecedores impedida de Licitar e Contratar com a Administração Municipal na forma prevista na Lei Municipal n.º 5.285, de novembro de 1999.

§ 10 Nos termos do artigo 7º, da Lei n.º 10.520/2002 e alterações, a proponente, sem prejuízo das demais cominações legais e contratuais, poderá ficar, pelo prazo de até 05 (cinco) anos, impedida de licitar e contratar com a Administração Pública e descredenciada do Cadastro de Fornecedores do SAMA E e do Município de Caxias do Sul, dentre outros, nos casos de:

- I. apresentação de documentação falsa para participação no certame;

- II. retardamento na execução do objeto;
- III. não manutenção da proposta escrita ou lance verbal, após a adjudicação;
- IV. comportamento inidôneo;
- V. cometimento de fraude fiscal, ou
- VI. fraude ou falha na execução do Contrato.

§ 11 É facultada à proponente, nos termos da lei, a apresentação de defesa prévia, na ocorrência de quaisquer das situações previstas neste edital.

§ 12 As multas e seu pagamento não eximirão a proponente de ser acionada judicialmente pela responsabilidade civil derivada de perdas e danos, decorrentes das infrações cometidas

§ 13 Na aplicação das penalidades previstas, a Administração considerará, motivadamente, a gravidade da falta, seus efeitos, bem como os antecedentes da proponente ou contratada, garantindo o direito de defesa e o contraditório, podendo deixar de aplicá-las, se acolhidas as justificativas.

§ 14 As penalidades aplicadas à CONTRATADA serão registradas no Cadastro de Fornecedores do SAMA E, e, no caso de suspensão do direito de licitar ou contratar com a Administração, encaminhadas para registro nos cadastros da Administração Direta e Indireta do Município de Caxias do Sul - RS.

CLÁUSULA NONA – Garantia

§ 1º A garantia do serviço será conforme o estabelecido no Código de Defesa do Consumidor.

CLAUSULA DÉCIMA – Garantia de Execução

§ 1º A CONTRATADA, neste ato, prestou garantia no valor de R\$ (.....), na modalidade de; correspondente a 5% (cinco por cento) do valor total do contrato, observadas as condições previstas no Edital.

§ 2º O regime jurídico da garantia é aquele previsto no instrumento convocatório.

§ 3º As exigências referentes à garantia de execução contratual encontram-se descritas no Edital.

CLÁUSULA DÉCIMA PRIMEIRA – Fiscalização

§ 1º A execução do Contrato será objeto de acompanhamento, fiscalização e avaliação por parte do SAMA E, na pessoa dos servidores Eng.º Celso Gustavo Mello, a quem competirá comunicar as falhas porventura constatadas no cumprimento do contrato, assim como

determinar as providências necessárias para a respectiva correção e a gestão do contrato competirá a servidor Eng.º Adriano Bolesina, Diretor da Divisão de Água.

§ 2º A fiscalização de que trata o subitem anterior será exercida no interesse do SAMA E.

§ 3º Quaisquer exigências da fiscalização, inerentes ao objeto do Contrato, deverão ser prontamente atendidas pela CONTRATADA, sem qualquer ônus para o SAMA E.

§ 4º Qualquer fiscalização exercida pelo SAMA E, feita em seu exclusivo interesse, não implica corresponsabilidade pela execução do contrato e não exime a CONTRATADA de suas obrigações pela fiscalização e perfeita execução do mesmo.

§ 5º A fiscalização do SAMA E, em especial, terá o dever de verificar a qualidade dos objetos a serem entregues e dos serviços realizados, observando a garantia mínima estipulada, podendo exigir a sua substituição quando não atender os termos do que foi proposto e contratado, sem que assista à CONTRATADA qualquer indenização pelos custos daí decorrentes.

CLÁUSULA DÉCIMA SEGUNDA – Vigência do Contrato e Reajuste

O presente contrato vigorará por um período de 12 (doze) meses, a contar de sua publicação, podendo ser prorrogado de acordo com o art. 57, da Lei Federal n.º 8.666/1993, ou alterado, de acordo com as devidas justificativas, fundamentado no art. 65, da Lei Federal n.º 8.666/1993.

Parágrafo Único – Ocorrendo a prorrogação do Contrato, para fins de reajuste, será aplicada a média percentual dos índices IGP-M, IGP-DI e INPC, mediante solicitação da CONTRATADA.

CLÁUSULA DÉCIMA TERCEIRA – Rescisão do Contrato

Além dos motivos enumerados nos incisos e parágrafo único do art. 78, da Lei Federal n.º 8.666/1993, o contrato poderá ser rescindido, a qualquer tempo, independente de procedimento judicial, nos casos de:

- I. não desenvolver os compromissos assumidos neste instrumento;
- II. reiteração de impugnação, evidenciando a incapacidade da CONTRATADA no cumprimento satisfatório do contrato;
- III. quaisquer das situações previstas na Cláusula Oitava deste instrumento;
- IV. quando ocorrerem razões de interesse público justificado.

CLÁUSULA DÉCIMA QUARTA – Direitos do CONTRATANTE

A CONTRATADA, em caso de rescisão administrativa, reconhece todos os direitos do CONTRATANTE, consoante prevê o artigo 77, da Lei Federal n.º 8.666/1993.



CLÁUSULA DÉCIMA QUINTA – Tolerância.

Qualquer tolerância ou concessão do SAMA E para com a CONTRATADA, quando não manifestada por escrito, não terá validade e não poderá ser invocada para alterar os compromissos assumidos neste instrumento.

CLÁUSULA DÉCIMA SEXTA – Foro

As partes declaram ser o foro da Comarca de Caxias do Sul – RS, competente para dirimir dúvidas que, porventura, surjam na interpretação e execução deste contrato.

E, por estarem justos e contratados entre si, firmam o presente em (03) três vias, de igual teor e forma, em presença de 02 (duas) testemunhas, para que produza seus jurídicos e legais efeitos.

Caxias do Sul,

Diretor-Presidente do SAMA E.

Contratada.

Testemunhas

1.

2.

PREGÃO PRESENCIAL N.º 030/2018

TERMO DE REFERÊNCIA

1. OBJETIVO GERAL

O objetivo deste edital é a contratação de consultoria com capacitação dos servidores da Seção de Controle de Qualidade visando a continuidade da estruturação do Sistema de Gestão da Qualidade no Laboratório da SEÇÃO DE CONTROLE DA QUALIDADE (SCQ), da GERÊNCIA DE TRATAMENTO DE ÁGUA - DIVISÃO DE ÁGUA - SAMA E, conforme a Norma da ABNT NBR ISO/IEC 17.025:20017, visando o atendimento do art. 21 do Anexo XX da Portaria GM/MS nº 05/2017.

2. OBJETIVOS ESPECÍFICOS

1. Diagnóstico da condição atual: elaboração do diagnóstico do Sistema de Gestão da Qualidade com base na NBR ISO/IEC 17.025:2017 através de: auditoria às instalações; entrevistas com os gestores e equipe envolvida no processo; levantamento dos pontos críticos, englobando requisitos legais, regulamentares e infraestrutura existente.
2. Elaboração de plano de ação para estruturação e implementação do Sistema de Gestão da Qualidade (SGQ) contendo todas as atividades que devem ser realizadas, de acordo com cada requisito da Norma NBR ISO/IEC 17025:2017, bem como os responsáveis, os prazos de execução e a metodologia para consecução dos objetivos.
3. Orientações sobre confecção e controle de documentos e registros.
4. Assistência no processo de validação de métodos e na estimativa de incertezas de medição.
5. Esclarecimentos sobre controle de dados, rastreabilidade de medição, garantia da qualidade de resultados dos ensaios e relatório de ensaios;
6. Instruções para a elaboração dos documentos referentes a contrato de ensaios e calibrações, aquisição de serviços, equipamentos e suprimentos, atendimento ao cliente, controle de não-conformidades e ações preventivas.

7. Auxílio no planejamento e execução de treinamentos internos, incluindo avaliação da eficácia dos mesmos.
8. Orientações no planejamento e execução de auditorias internas do SGQ.
9. Avaliação, através de auditoria, do Sistema de Gestão da Qualidade, simulando a avaliação de credenciamento do Laboratório e implantando as ações corretivas para eventuais não conformidades levantadas.

O Sistema de Gestão da Qualidade envolverá a etapa de **amostragem** da matriz água tratada e análise dos seguintes parâmetros: **turbidez** (método nefelométrico), **pH** (método potenciométrico), **fluoretos** (método colorimétrico e eletrodo de íon seletivo), **alumínio residual** (método espectrofotométrico), **cloro livre e cloro total** (método colorimétrico), relativos à **água tratada**.

3. CONDIÇÕES DA PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS

Os serviços serão contratados por um período de 12 meses, abrangendo um montante de 420 horas (*in loco*). Estima-se o número máximo de 35 (trinta e cinco) visitas anuais.

Os serviços serão prestados nas dependências da Seção de Controle de Qualidade, rua Nestor Moreira, 719, CEP 95.052-500, bairro Nossa Senhora de Lourdes, Caxias do Sul/RS.

No preço cotado deverão estar incluídos todos os custos com pessoal, encargos sociais, tributários, trabalhistas e previdenciários; custos com deslocamento, hospedagem e alimentação.

1. REQUISITOS TÉCNICOS GERAIS

A contratada deverá atender aos seguintes requisitos:

- a) Relação de integrantes da equipe técnica.

Relacionar os membros da equipe técnica que realizarão os serviços de consultoria indicando nome e formação profissional dos mesmos.

- b) Atestado de Capacidade Técnica:

Declaração emitida por pessoa jurídica de direito público ou privado, indicando a execução satisfatória por parte da empresa licitante e de profissional integrante da equipe técnica de serviços de consultoria para estruturação e implementação de

Sistema de Gestão da Qualidade segundo a Norma ABNT NBR ISO/IEC 17.025 e de conhecimento técnico para implementação de Sistema de Gestão da Qualidade segundo a Norma ABNT NBR ISO/IEC 17.025:2017.

- c) A comprovação da formação, experiência e conhecimento da equipe técnica deverá ser realizada por meio da entrega dos seguintes elementos: *curriculum vitae* e cópia de certificados de conclusão de cursos referentes à Qualidade e Gestão.

2. EQUIPE TÉCNICA

Pelo menos um dos profissionais que executará a capacitação deve estar relacionado no Atestado de Capacidade Técnica (conforme item 3.1b).

A substituição de qualquer membro da equipe somente poderá ser realizada com a prévia aprovação do SAMA E, mantidos os requisitos descritos anteriormente.

4. FISCALIZAÇÃO

A execução do Contrato será objeto de acompanhamento, fiscalização e avaliação por parte do SAMA E, na pessoa do servidor Engº Celso Gustavo Mello, a quem competirá comunicar as falhas porventura constatadas no cumprimento do contrato, assim como determinar as providências necessárias para a respectiva correção, e a gestão do contrato competirá ao servidor Engº Adriano Bolesina, Diretor da Divisão de Água.

5. FORMAS DE PAGAMENTO

O pagamento será efetuado até o 10º (décimo) dia útil do mês subsequente ao da realização dos serviços, mediante apresentação de nota fiscal, acompanhada de relatório descritivo das atividades realizadas, conferidas e aprovadas pela Gerência de Tratamento de Água.

6. APRESENTAÇÃO DA PROPOSTA

Serviços	Quantidade de Horas (hrs/ano)	Custo Unitário (R\$/hrs)	Custo Total (R\$/ano)
Contratação de consultoria com capacitação dos servidores da Seção de Controle de Qualidade visando a estruturação do Sistema de Gestão da Qualidade no Laboratório da SCQ, conforme a Norma da ABNT NBR ISO/IEC 17.025:2017, considerando aspectos relativos à amostragem da matriz água tratada e ensaios de: turbidez (método nefelométrico), pH (método potenciométrico), fluoretos (método colorimétrico e eletrodo de íon seletivo), alumínio (método espectrofotométrico), cloro livre e cloro total (método colorimétrico).	420		

08 de fevereiro 2018

Engº. Celso Gustavo Mello
Gerente de Tratamento de Água

Engº. Adriano Bolesina
Diretor Divisão de Água